

# Orçamento prevê déficit de 2,25% do PIB

BRASÍLIA — Mesmo com o aumento do Imposto de Renda sobre pessoas jurídicas decretado ontem pelo Governo — que possibilitará uma receita adicional de 400 milhões de OTNs (CZ\$ 956,8 bilhões) —, o Orçamento Geral da União (OGU) para 89 foi encaminhado ao Congresso com um déficit potencial de 2,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Isto representa cerca de CZ\$ 1,5 trilhão, a preços de junho.

Se forem incluídas as transferências de recursos para as estatais, esse déficit atinge 2,75% do PIB. A receita foi fixada em CZ\$ 10 trilhões (CZ\$ 5,9 trilhões com impostos e CZ\$ 4,1 trilhões com operações de crédito). A proposta orçamentária contém uma estimativa de crescimento real do PIB de 4% em 1989.

Para garantir a meta de déficit total do setor público de 2% para 1989, essencial para o acordo com o FMI, o Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, explicou que serão necessárias novas medidas para recuperar a receita líquida da União — basicamente aumento de impostos, redução ou eliminação de subsídios, incentivos e isenções fiscais. Dependendo desse esforço adicional, o déficit orçamentário ficará entre 1% e 1,5% do PIB.

— A meta do déficit é viável. Ela tem de ser obtida de qualquer jeito — disse o Ministro do Planejamento.

Para chegar aos 2% de déficit do

setor público em 1989, o Governo espera um orçamento equilibrado para a Previdência, que deverá apresentar déficit zero, ao lado de um pequeno superávit para Estados e Municípios. Mesmo com a transferência de encargos para os Estados e Municípios, os técnicos do Planejamento explicam que a recuperação da carga tributária resultará em maior injeção de recursos via Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM). Com isso, acreditam eles, há possibilidade de um pequeno superávit dos Estados e Municípios. Esse superávit deixará margem para um pequeno déficit no orçamento das estatais. O Planejamento já assistiu da idéia de zerá-lo no próximo ano.

Abreu destacou que os cortes no Orçamento são mais profundos do que a Operação Desmonte, que redefiniu os encargos que foram transferidos para Estados e Municípios em função da perda da receita líquida da União através da Constituinte.

O déficit potencial de 2,25% do Orçamento Geral da União já conta com o ganho adicional de receita de quase 0,9% do PIB, com o aumento da tributação sobre as pessoas jurídicas com faturamento. No total, o esforço adicional do Governo para alcançar a meta de déficit público já acertada com o FMI deverá ser superior a 2% do PIB, cerca de CZ\$ 1,2 trilhão.